

ATA DA ÚNICA REUNIÃO DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM DO DIA VINTE E QUATRO DE MARÇO DE DOIS MIL E DEZASSETE -----

Aos vinte e quatro dias do mês de março de dois mil e dezassete, reuniu pelas vinte e uma horas na Sala de Sessões da Sede do Município de Santiago do Cacém, em Sessão Extraordinária, a Assembleia Municipal de Santiago do Cacém, com a seguinte: -----

-----ORDEM DO DIA -----

PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL – PONTO ÚNICO: Solicitar autorização à Assembleia Municipal para alienação do Lote nº 1 do Loteamento Municipal Central, em Vila Nova de Santo André, ao abrigo da alínea ccc) do nº 1 do art.º 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

Efetuada a chamada verificou-se estarem presentes os membros: -----

Paula Maria Daniel de Melo Lopes, José Élio Sucena, João Alberto Machado Guerreiro, Pedro do Ó Barradas de Oliveira Ramos, Maria da Conceição Pinela Pereira, Jorge Manuel Mata Magrinho, Marina Patrícia Basílio Pedro, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, José Manuel Guerreiro das Neves, Nelson José Bento Raposo, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente, Joaquim António Gamito, Joana Margarida Ganço Filipe, João Saraiva de Carvalho, Rui Estevam de Matos, Rui Manuel Madeira dos Santos, António Albino, Carlos Jorge Canário Parreira, Jaime António Pires de Cáceres, Pedro Miguel C. Pereira Gamito, Armando Severino de Almeida e Virgílio de Matos Gonçalves. -----

Não compareceram os membros: Hugo Manuel Reis Lopes Pires Ferreira, Ricardo Campos da Silva Rico, António João Antunes Isidoro, João Filipe Rodrigues da Silva Pereira, Igor Filipe Almeida Guerreiro, Ana Raquel Varela Hilário da Cunha Nunes, Vera Lúcia da Costa Violante. -----

Verificou-se ainda a presença do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Álvaro Beijinha e dos Senhores Vereadores Maria Margarida Santos, Norberto Barradas, Albano Pereira, Daniela Martins e Francisco de Sousa. -----

Foi dado início aos trabalhos da seguinte forma: -----

SUBSTITUIÇÕES DE MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL -----

A Senhora Presidente deu conhecimento de que o Senhor Ricardo Rico, eleito do PS, se fazia substituir, na presente Sessão, pela Senhora Miriam Mascarenhas que se segue na mesma lista, em conformidade com o previsto no artigo 78º da Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro. -----

-----PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:-----

A Senhora Presidente concedeu a palavra aos munícipes presentes, inscritos para intervirem sobre o assunto constante na Ordem do Dia. -----
Começou por intervir a Senhora Fátima Sales, questionando se estava prevista a alienação do lote de terreno, em causa, no programa eleitoral do PCP, e qual tinha sido o critério para definição do preço do mesmo. -----
Questionou ainda sobre a aplicação da receita da venda daquele lote de terreno, e se era possível decidir, unilateralmente, sobre o aspeto de uma localidade, abatendo o pinhal existente naquele terreno, sem haver uma reunião com a população para ouvir a opinião das pessoas que residem naquela Cidade. -----
Interveio em seguida o Senhor Nuno Ferreira, do Movimento de Utentes de Santo André, referindo que consideravam que aquela não era a melhor localização para uma superfície comercial, por se tratar de uma zona central, acrescentando que aquela era também a zona mais cara da Cidade, segundo o estabelecido no Plano Diretor Municipal (PDM), considerando que o preço base de licitação daquele lote de terreno não correspondia ao previsto naquele documento. Mais referiu que a circulação do trânsito naquela zona também se irá complicar. -----
Referiu ainda que não eram contra novos investimentos na Cidade, mas discordavam da instalação de um estabelecimento comercial naquele local, considerando que devia ser construído num espaço mais afastado do centro da Cidade. -----
Acrescentou que compreendiam que a Câmara Municipal precisasse de recursos monetários, mas que não os podia obter a qualquer preço. -----
Referiu também que os empresários que investem naquele tipo de superfícies comerciais recrutam os seus colaboradores de forma precária, o que não os beneficia. -----
Mais referiu que a Cidade de Santo André estava esgotada no que dizia respeito a superfícies comerciais. -----
Interveio o Senhor Álvaro Pacheco, referindo que gostaria de saber qual o resultado da consulta pública sobre o assunto em apreço. -----
Acrescentou que considerava que o preço base para a licitação do lote estava abaixo dos valores praticados no mercado e que o preço por metro quadrado era inferior ao valor de referência para o cálculo do IMI, o que penalizava todos os habitantes do Município. ----
A Senhora Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para esclarecimentos sobre as questões colocadas pelos munícipes.
O Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por se congratular com a intervenção do público, considerando importante para a democracia que fossem solicitados esclarecimentos sobre os assuntos de interesse para a comunidade. -----
Sobre as questões colocadas, informou que a Câmara Municipal avançou com os procedimentos relativos à constituição daquele lote de terreno, colocando esta intenção a discussão pública, tendo havido três participações escritas a solicitar esclarecimentos, às quais foi dada resposta, para além da ampla discussão que teve lugar nas redes sociais sobre o assunto. Acrescentou que a Câmara Municipal respeitava sempre a opinião das pessoas, mas era ao Executivo que competia tomar as decisões que entendesse serem as melhores para as populações, as quais o tinha mandatado para o efeito. -----
Relativamente à questão sobre se a matéria em causa estava no programa do PCP, esclareceu que o programa eleitoral da CDU não incluía a alienação e aquisição de móveis e imóveis, porque se tratava de detalhes que estavam inseridos em ações mais amplas. -----
Mais referiu que as autarquias precisam de obter receitas para fazer face às despesas inerentes às suas competências, acrescentando que nos últimos anos estas têm sofrido fortes constrangimentos financeiros devido aos cortes nas transferências do Orçamento

de Estado e ao não cumprimento da Lei das Finanças Locais, por parte dos sucessivos governos, sendo que, mesmo com esta situação, a Câmara Municipal de Santiago do Cacém conseguiu, no presente mandato, reduzir a dívida de forma significativa, numa média de dois milhões e meio de euros por ano, apesar também do grande atraso verificado no Quadro Comunitário de Apoio, o qual não foi da responsabilidade da Câmara Municipal, sendo que esta situação não permitiu avançar mais cedo com alguns investimentos, o que não impediu que fosse realizada obra, com os recursos existentes.- Sobre o corte de árvores no lote em causa, recordou que a Cidade de Santo André tinha sido construída onde havia um pinhal e que nos últimos anos foi também necessário cortar muitos pinheiros por causa da doença que os afetou, o nemátodo. -----

Em relação ao preço base da Hasta Pública, referiu que o valor de venda do lote dependerá do número de interessados, sendo que as propostas serão apresentadas em carta fechada, pelo que, se houver mais do que um interessado poderá ser aberta licitação verbal sobre a oferta mais elevada. Acrescentou que era preciso também ter em conta o custo das infraestruturas, bem como outras condições a definir pela Câmara Municipal, as quais ficarão a cargo de quem adquirir o terreno. -----

Mais informou que a Câmara Municipal, em dois mil e nove, tinha vendido, em hasta pública, um lote com treze mil metros quadrados, naquela Cidade, em frente ao Intermarché, com uma base de licitação de quinhentos e cinquenta mil euros, tendo havido somente um interessado, o qual ainda não avançou com qualquer construção naquele espaço. -----

Sobre a localização do lote, referiu que respeitava as opiniões dos munícipes, mas considerava que era uma boa localização para o equipamento previsto, tendo em conta que o mesmo se situa junto ao Bairro Azul, onde predominam serviços, e perto da Zona de Atividades Mistas (ZAM). -----

A Senhora Presidente concedeu novamente a palavra à Senhora Fátima Sales, a qual referiu que não tinha obtido resposta às questões sobre como se chegou ao preço base da hasta pública e como foi decidido derrubar um pinhal sem consultar as pessoas. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que tinha respondido a estas questões. -----

A Senhora Presidente concedeu novamente a palavra ao Senhor Nuno Ferreira, o qual referiu que a Câmara Municipal quando negociou com a empresa Lidl, colocou como contrapartida, para lhes disponibilizar o espaço que ocupam, a construção de um Pavilhão de Desportos e respetivas infraestruturas, considerando que para a situação em causa a Câmara Municipal também deverá colocar contrapartidas nas negociações com os potenciais investidores, para que a Cidade ganhe mais alguma coisa com esta situação. -----

Mais referiu que naquela Cidade já existe o Lidl, Os Alentejanos e o Intermarché, lembrando que, quando o Intermarché abriu, a Cooperativa encerrou. Acrescentou que a população de Santo André não ganhava nada com mais uma superfície comercial idêntica àquelas, as quais praticavam salários baixos e trabalho precário, prejudicando também os pequenos agricultores e comerciantes, considerando que a Força Política que governa a Câmara Municipal e que tanto se preocupa, e bem, com estas sectores de atividade, devia também, neste caso, ter em atenção a situação daquelas pessoas. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal esclareceu que as negociações com o Lidl foram feitas numa conjuntura económica mais favorável e em circunstâncias diferentes, não se tratando de uma hasta pública, acrescentando que as mesmas foram penosas e se arrastaram durante cerca de seis anos, tendo em conta que se tratava de uma boa

localização, dotada de infraestruturas de acesso, e onde estava instalado um pavilhão desportivo. -----

Mais referiu que a Petrocoop acabou por falir, naquela Cidade, tendo encerrado também as superfícies que abrira noutras localidades do Município, onde não tinha a concorrência de grandes superfícies comerciais, sendo que, concorria com o comércio local, o que ninguém contestou.-----

A Senhora Presidente deu por encerrado o período de intervenção do público, agradecendo a participação dos munícipes. -----

-----**ORDEM DO DIA:** -----

“PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL – PONTO ÚNICO: Solicitar autorização à Assembleia Municipal para alienação do Lote nº 1 do Loteamento Municipal Central, em Vila Nova de Santo André, ao abrigo da alínea ccc) do nº 1 do art.º 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.-----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Paula Lopes, concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, Álvaro Beijinha, que apresentou a seguinte

“PROPOSTA: UM - Solicitar à Assembleia Municipal autorização, para alienação do lote nº 1 do Loteamento Municipal Central, em Vila Nova de Santo André, com a área de 13.293,35m2, destinado a comércio/serviços/armazém, em Hasta Pública e nas seguintes condições gerais: -----

- Preço base 950.000,00€ (Novecentos e cinquenta mil euros).-----

- Modalidade – Apresentação de propostas em carta fechada, seguida de licitação, a partir do preço mais elevado apresentado.-----

-A execução das infraestruturas que servem o Loteamento, bem como os arranjos exteriores em áreas envolventes a definir, ficarão a constituir encargo do adquirente do lote.-----

FUNDAMENTOS: UM - A proposta de alienação do lote decorre da necessidade de consolidação ordenada da malha urbana de Santo André, no espaço específico em questão.-----

DOIS - Ao abrigo da alínea ccc) do n.º 1 do art. 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, tendo em conta que o valor previsto para o mesmo é superior a 1 000 vezes o valor da R.M.M.G. -----

TRÊS – Para efeitos do disposto na alínea i) do nº 1 do art. 25º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais aprovado pela Lei 75/2013, de 12 de setembro.”-----

A Senhora Presidente colocou a proposta para discussão. -----

Interveio a Senhora Joana Filipe, eleita do BE, começando por agradecer aos munícipes presentes o facto de terem vindo à sessão da Assembleia Municipal expressar a sua opinião sobre este assunto.-----

Mais referiu que tanto ela como o Partido que representava na Assembleia Municipal eram frontalmente contra a alienação daquele lote de terreno para instalação de mais uma superfície comercial, por considerarem que o comércio local estava saturado daquele tipo de equipamentos, sendo que, os que existiam eram suficientes para satisfazer a procura, pelo que, o mesmo não servia os interesses da população, não existindo também qualquer reivindicação no sentido da sua instalação. Acrescentou que era preciso pensar na situação do pequeno comércio que ainda subsiste, com muitas dificuldades, o qual não poderá fazer frente a grandes empresas do setor, levando ao encerramento de mais estabelecimentos, o que se traduzirá de forma negativa relativamente aos empregos que possam vir a ser criados na nova superfície. -----

Referiu também que aquela era uma zona privilegiada da Cidade, desafiando a Câmara Municipal a equacionar a possibilidade de adequar aquele terreno para habitação e equipamentos coletivos, indo de encontro à vontade das pessoas de Santo André. -----

Mais referiu que a Câmara Municipal ao deliberar avançar com uma hasta pública daquele terreno, já terá encetado contactos com potenciais interessados no mesmo, não tendo falado abertamente sobre o assunto, quando consta que existe interesse por parte do Continente, *o que faz parecer às pessoas que está a tratar o assunto por baixo do tapete*, apelando aos outros partidos da Oposição para clarificarem a sua posição sobre a alienação daquele terreno e sobre o processo conducente à mesma. -----

Referiu ainda que a situação económica da Câmara Municipal tem melhorado, a dívida tem vindo a ser reduzida, tendo a Oposição felicitado a Autarquia por este facto, pelo que não lhe parecia que a decisão de alienação daquele terreno tenha a ver com a situação financeira da mesma, não lhe parecendo razoável evocar dificuldades neste âmbito, para avançar com uma decisão contrária ao sentimento geral daquela população e pouco racional em termos de gestão urbanística. -----

Interveio o Senhor Pedro do Ó Ramos, eleito do PSD, começando por saudar os munícipes presentes. -----

Referiu, em seguida, que era defensor do investimento privado e também do investimento público, em sã concorrência. -----

Mais referiu que o assunto em apreço terá de ir novamente a reunião da Câmara Municipal, para aprovar as restantes condições da hasta pública, considerando que seria muito importante perceber a questão das contrapartidas, para se poder avaliar melhor o preço definido por metro quadrado do terreno, questionando ainda se o caderno de encargos já estava delineado. -----

Acrescentou que as pessoas comentam que o Continente estará interessado no terreno, questionando se houve abordagens sobre o assunto e por parte de quem, a fim de poderem equacionar melhor esta questão. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que o caderno de encargos ainda não estava totalmente definido, sendo que, podia adiantar que o mesmo compreenderia nomeadamente, um conjunto de infraestruturas, espaços verdes e equipamentos para *fitness*.-----

Relativamente a contactos por parte de potenciais interessados, informou que ao longo dos anos têm sido feitas abordagens por quase todos os grupos económicos que trabalham na área da distribuição no País, acrescentando que não seria lançada uma hasta pública, caso se pensassem que não havia interessados. -----

Mais referiu que existia muita especulação sobre este assunto, esclarecendo que se tratava de um processo transparente, o qual teve início com a constituição daquele lote de terreno e a sua discussão pública, a que se seguiu o presente pedido de autorização à Assembleia Municipal para alienação do mesmo, em hasta pública, a qual será devidamente publicitada, sendo que o terreno será cedido a quem apresentar a melhor proposta.-----

A Senhora Joana Filipe referiu que o Senhor Presidente não se tinha pronunciado sobre a matéria constante na sua intervenção.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que não respondia a considerações, mas sim a questões concretas.-----

Interveio novamente a Senhora Joana Filipe, questionando se a Câmara Municipal estava ou não disponível para divulgar à Assembleia Municipal as conclusões da consulta pública relativa ao lote de terreno e se no âmbito da mesma as pessoas se manifestaram favoravelmente à instalação de uma superfície comercial naquele espaço.

Mais questionou, se a Câmara Municipal tinha avançado com esta medida por razões de ordem financeira e se havia a consciência do efeito que uma nova superfície vai ter no comércio local. -----

Interveio o Senhor Jaime Cáceres, eleito da CDU, na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de Santo André, começando por referir que quando foi viver para aquela Cidade, havia trinta e oito anos, quase só havia areia e pinhais naquele espaço e não existiam passeios nem contentores para o lixo, sendo que, para construir todos aqueles bairros, para a Cidade crescer, foi preciso sacrificar uma grande parte da mancha verde. Acrescentou que era a Cidade mais nova do País, construída de raiz, não chegando a atingir a dimensão planeada que previa a instalação de trinta e três mil habitantes, contando atualmente com nove mil residentes, considerando que a mesma não tem progredido mais devido a posições como as que estavam a ser afirmadas na reunião em curso, as quais tinham somente a ver com questões de política partidária. -----

Recordou ainda que, aquando das negociações com a empresa do grupo Lidl, o que se dizia era que os comunistas não queriam aquela superfície comercial na Cidade de Santo André e agora dizem o contrário relativamente à situação em apreço, porque estão a chegar as eleições autárquicas, sendo que o objetivo é o mesmo, criticar a CDU, quando a Câmara Municipal estava a desenvolver o processo cumprindo com todas as formalidades inerentes ao mesmo, considerando que a Senhora Joana Filipe se estava a aproveitar desta situação, em termos políticos, e que a mesma não representava as pessoas de Santo André, cuja população era representada pelo Presidente da Junta de Freguesia, e que ele sabia o que a mesma queria, porque a acompanhava todos os dias, considerando que criticar era fácil e que o difícil era trabalhar em prol da mesma. -----

Acrescentou que naquela Cidade havia pouco comércio local, porque não existem dinâmicas comerciais, situação para a qual a Junta de Freguesia alertou, em devido tempo, chamando as pessoas para falar sobre o assunto, procurando saber o que pretendiam fazer para prevenir o futuro, incitando os comerciantes a praticar outros horários e a tomarem medidas para se adaptarem às novas realidades. -----

Relativamente à localização do terreno, considerou que era importante urbanizar aquele espaço, sito junto ao Bairro Azul, cuja recuperação estava em curso, de forma progressiva. -----

Concluiu, referindo que valia a pena lutar por aquela Cidade e que gostaria de ver mais pessoas empenhadas nesta missão, acrescentando que os autarcas trabalham todos os dias em favor da causa pública e que deviam merecer mais respeito. -----

Interveio novamente o Senhor Pedro do Ó Ramos, referindo ficar preocupado com o facto de, pela segunda vez, constatar que se começava por saudar os munícipes por virem participar nas reuniões da Assembleia Municipal, para depois lhe serem dirigidas críticas pelas suas opiniões, postura que considerou preocupante para o exercício da democracia. -----

Questionou ainda se não tinha havido contactos recentes por parte de potenciais interessados naquele terreno e se não era possível identificar os mesmos. -----

Mais questionou que gostaria que lhe fosse explicado como é que a instalação do tipo de estrutura prevista para aquele espaço cumpria com o objetivo de consolidação ordenada da malha urbana, como vem referido na certidão da deliberação da Câmara Municipal.

Relativamente à intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal sobre a atuação do Governo anterior no que dizia respeito às transferências de verbas para as autarquias, recordou que o mesmo tinha sido responsável pelo resgate do País. -----

Interveio o Senhor Jorge Magrinho, eleito da CDU, referindo ficar surpreendido com as intervenções sobre a instalação de uma nova superfície comercial na Cidade de Santo André, considerando que esta preocupação seria compreensível se fosse manifestada por parte do Lidl ou do Intermarché, por receio da concorrência, acrescentando que a população irá ganhar com esta situação, porque uma maior oferta irá obrigar à baixa dos preços. -----

Mais referiu que, se a Câmara Municipal colocasse obstáculos à instalação de superfícies comerciais naquela Cidade, seria criticada pelo facto das mesmas se instalarem em Sines e não ali. -----

Relativamente à questão da precariedade, referiu que ela existe em todas as empresas, e que terminar com esta situação dependia da luta dos trabalhadores, considerando que muitos falam sobre o assunto mas não os tem visto lutar nas empresas pelos postos de trabalho e outros direitos. -----

Mais referiu que foi viver para Santo André, em mil novecentos e setenta e seis, tendo acompanhado o crescimento da Cidade, bairro a bairro, sentindo orgulho pela evolução daquele espaço urbano. Acrescentou que a Câmara Municipal tem feito um excelente trabalho, com o qual prossegue, e que na mesma estão pessoas sérias que não negociam por *debaixo do tapete*. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal esclareceu novamente que tinha decorrido um processo de constituição daquele lote de terreno que foi submetido a discussão pública, de acordo com a lei, durante a qual houve três cidadãos que se pronunciaram, por escrito, tendo a Câmara Municipal respondido às questões colocadas. Mais informou que o processo estava disponível para quem o quisesse consultar. -----

Acrescentou que já houve situações relativas à constituição de loteamentos, em que a Câmara Municipal recuou com o processo, considerando que, neste caso, não existia motivo para o fazer, porque se entendeu que o que estava a ser proposto era o melhor para o Município e para a Cidade de Santo André, em particular. -----

Relativamente à questão financeira, recordou que, três anos atrás, todos os partidos se centraram na questão da dívida, porque não tinham outros argumentos, sendo que, agora, vinham colocar este tipo de questões a reboque dos comentários nas redes sociais, considerando que a Oposição não tinha uma estratégia própria sobre o desenvolvimento do Município, não tendo, ao longo do mandato, colocando questões de fundo, sendo que, a seis meses das eleições autárquicas, vem levantar o mesmo tipo de questões que repetem de quatro em quatro anos. -----

Em relação ao comércio local, considerou que havia alguma hipocrisia nesta matéria, relativamente à concorrência, dado que ela existe ao nível do mesmo tipo de estruturas comerciais, dando como exemplo a recente abertura de mais uma superfície comercial na Cidade de Santiago do Cacém, o Continente, o que não levou ao encerramento de qualquer loja. Mais recordou que, em dois mil e treze, a Câmara Municipal de Salvaterra de Magos, presidida pelo BE, autorizou a instalação de superfícies comerciais naquela Cidade. -----

No que respeita à afirmação do Senhor Pedro do Ó Ramos, eleito do PSD, sobre as verbas retiradas à Autarquia pelo governo do seu Partido, referiu que o mesmo retirou verbas ao Município de Santiago do Cacém e aos outros municípios, para além de também não ter cumprido com a Lei das Finanças Locais no que respeitava à devolução das verbas das multas no âmbito da cobrança do IMI, quando a Constituição da República Portuguesa determina que os impostos devem ser repartidos, de forma solidária, entre o Poder Central e o Poder Local. Mais referiu que, mesmo com estas contingências, a Câmara Municipal baixou a taxa do IMI para o próximo ano. -----

Informou ainda que a Lei das Finanças Locais era subvertida pela Administração Central, havia mais de dez anos, sem que os partidos da Oposição tenham reclamado contra esta situação, acrescentando que, se as verbas devidas tivessem sido transferidas para as Autarquias reverteriam para as populações. -----

Sobre a questão financeira da Autarquia, esclareceu que não existia nenhuma contradição relativamente ao equilíbrio conseguido e a necessidade de realizar mais receita, porque estava em curso um conjunto importante de investimentos para o futuro, em várias localidades do Município, alguns com o objetivo de esbater assimetrias, para os quais são necessárias verbas.-----

O Senhor Jaime Cáceres referiu que era a segunda vez que o acusavam de faltar ao respeito ao público que participava nas sessões da Assembleia Municipal, acrescentando que considerava que a democracia participada, bem como o Poder Local Democrático eram duas das melhores conquistas que o 25 de Abril de 1974, sobre o qual não tinha qualquer dúvida, acrescentando que, como Presidente de uma Junta de Freguesia, tem promovido reuniões participadas com os comerciantes locais e com os moradores, em geral, sobre questões relacionadas com as suas atividades e com a requalificação dos diferentes bairros da Cidade de Vila Nova de Santo André, ouvindo as suas opiniões, não tendo receio de discutir qualquer assunto com a população. -----

Mais referiu que respeitava a opinião dos outros, mas também exigia respeito, o que não tem vindo a acontecer nas redes sociais, considerando que não podia respeitar quem não o respeitava.-----

O Senhor Pedro do Ó Ramos referiu que não tinha criticado a Câmara Municipal e que o que pretendia era obter mais informação sobre eventuais negociações, para ter condições para fazer uma melhor avaliação sobre o assunto, em preço, pelo que, voltou a questionar se houve contactos com potenciais interessados e quais os grupos económicos em causa, bem como sobre a questão da consolidação da malha urbana pela estrutura comercial prevista para aquele espaço. -----

Relativamente às considerações que foram feitas pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal sobre a participação da Oposição nas reuniões dos órgãos autárquicos, considerou que não era sério afirmar que os eleitos não se pronunciaram sobre questões de fundo, porque os eleitos do PSD têm cumprido o seu papel, enquanto Oposição, na Câmara e na Assembleia Municipal. -----

Interveio novamente a Senhora Joana Filipe, eleita do BE, referindo que era notório que as considerações do Senhor Presidente da Câmara Municipal sobre o papel da Oposição nas sessões da Assembleia Municipal não se aplicavam a si nem ao Partido que representava, recordando também que tinha votado a favor da Moção da CDU sobre a Lei das Finanças Locais. -----

Mais referiu ter concluído que, da consulta pública relativa à constituição daquele lote de terreno em causa, houve três pessoas que se pronunciaram desfavoravelmente, as quais se deslocaram à Assembleia Municipal para reafirmarem a sua posição. Acrescentou que muitas pessoas não têm acesso aos anúncios das consultas públicas feitos através de editais e no Sítio da Câmara Municipal, na internet, considerando que ficar à espera que as pessoas se pronunciem não era suficiente, razão pela qual os municípios vem à Assembleia Municipal dizer que não houve discussão pública sobre este assunto.-----

Referiu ainda discordar da decisão proposta, não por uma questão meramente política, mas por considerar que a mesma não correspondia nem à vontade nem à necessidade daquela população, discordando também do facto de se considerar que aquele tipo de edifício vá consolidar a malha urbana.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que era um facto que a estrutura a instalar naquele espaço irá fechar a malha urbana, porque no mesmo não existe qualquer edificação, sendo delimitado pelo Bairro Azul e por uma via pública.-----

Referiu novamente que todos os grandes grupos económicos daquele ramo de atividade reuniram com a Câmara Municipal, para manifestarem o seu interesse em investirem no Município.-----

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra, a Senhora Presidente colocou a **proposta** a votação, a qual foi **aprovada, por maioria**, com vinte votos a favor, sendo dezoito dos eleitos da CDU, senhor(as)es Paula Maria Daniel de Melo Lopes, José Élio Sucena, João Alberto Machado Guerreiro, Maria da Conceição Pinela, Jorge Manuel Mata Magrinho, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, José Manuel Guerreiro Neves, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente, Joaquim António Gamito, João Saraiva de Carvalho, Rui Estevam de Matos, Rui Manuel Madeira dos Santos, António Albino, Carlos Jorge Canário Parreira, Jaime António Pires de Cáceres, Pedro Miguel C. Pereira Gamito, Armando Severino de Almeida e Virgílio Gonçalves, um da eleita do PS Senhora Miriam Mascarenhas, e um do eleito do PSD, Senhor Pedro do Ó Ramos. --

Uma abstenção da eleita do PS, Senhora Marina Pedro. -----

Um voto contra, da eleita do BE, Senhora Joana Filipe. -----

Verificou-se a ausência temporária do eleito do PS, Senhor Nelson Raposo.-----

JUSTIFICAÇÕES DE VOTO: Pela Senhora Joana Filipe, eleita do BE, foi

apresentada a seguinte “**Declaração de voto:** Para esclarecer o meu sentido de voto quanto à decisão de alienação do lote nº1 do Loteamento Municipal Central em Vila Nova de Santo André, em representação do Bloco de Esquerda, tenho a declarar que: --

- O estabelecimento de mais uma superfície comercial de média dimensão em Vila Nova de Santo André não serve nem a cidade, nem os interesses da sua população, porquanto esta dispõe, atualmente, de várias superfícies comerciais de média dimensão na venda a retalho. Criar mais uma, semelhante a estas, agravará a questão de saturação do comércio local, em que o pequeno comércio não consegue competir com as políticas de preços levadas a cabo por superfícies de maiores dimensões, e acaba por falir; -----

- O emprego criado pelo estabelecimento de uma tal superfície poderá a termo ser anulado pela falência de pequenos comércios, incapazes de competir, ou mesmo pela deslocalização de outra das superfícies de média dimensão, já que a procura existente no mercado da cidade de Vila Nova de Santo André é já satisfeita com a presente oferta no setor; -----

- Para além disso, o emprego gerado por esta superfície será invariavelmente precário, com salários tendencialmente baixos e sem direitos; -----

- A localização deste lote na malha urbana é privilegiada, e a superfície é excepcional. Deveria por isso, no contexto de políticas de urbanismo responsáveis, ser utilizado para fins habitacionais ou de equipamento coletivo, ao serviço do aumento da qualidade de vida da população. Isto difere em grande medida do uso que pretende dar-se ao terreno, alienado pela Câmara, assim, a troco de mero encaixe financeiro; -----

- A Câmara não esclareceu na ata da reunião de Câmara com que interessados estabeleceu contactos ou pré-acordos no sentido de instalar nesse lote uma superfície comercial. Trata-se de falta de transparência, de que nenhuma força política se demarcou publicamente; -----

Por tudo isto voto CONTRA a alienação do lote com vista à instalação de mais uma superfície comercial igual às já existentes. -----

Queremos uma cidade ao serviço das pessoas, e não da voracidade económica que ignora direitos sociais e qualidade de vida.” -----

Pelo Senhor Pedro do Ó Ramos, eleito do PSD, foi feita a seguinte declaração de voto: “ Concordando com a alienação do terreno para a atividade privada de comércio, considero, no entanto, que é importante perceber quais as contrapartidas que irão constar nas condições especiais da Hasta Pública que serão deliberadas em reunião da Câmara Municipal, onde tem assento um Vereador do PSD, para uma tomada de posição com base no conhecimento do assunto, de forma mais detalhada.” -----

Não havendo mais assuntos a tratar, foi lida pelo Senhor Primeiro Secretário a relação, em **minuta**, das deliberações tomadas na presente Sessão, a constar em ata.-----

Após a leitura foi a mesma colocada à discussão pela Senhora Presidente, não tendo havido inscrições para o uso da palavra.-----

Em seguida procedeu-se à sua votação, tendo sido **aprovada, por unanimidade.**-----

Os trabalhos foram declarados encerrados pela Senhora Presidente, eram vinte e duas horas e cinquenta e cinco minutos. -----

Desta Sessão se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelos membros da Mesa.-----

